



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/01/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	2 - 3
1.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	4
1.4. VARAS CRIMINAIS.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	7 - 8
3.2. OBRAS/REFORMA.....	9
3.3. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	10
3.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. OBRAS/REFORMA.....	12 - 15
4.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	16
4.3. VARA DA MULHER.....	17
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. COMARCAS.....	18
5.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	19
5.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20 - 21
5.4. VARAS CRIMINAIS.....	22 - 23
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. OBRAS/REFORMA.....	24 - 25
6.2. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	26
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. OBRAS/REFORMA.....	27
7.2. SEMANA DA CONCILIAÇÃO.....	28
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	29
8.2. DECISÕES.....	30 - 31
8.3. SEM ASSUNTO.....	32

GJ-MA e MP devem apresentar estudo sobre Baixo Parnaíba a juízes e promotores

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão deverão apresentar a juízes e promotores da região do Baixo Parnaíba, um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão sobre a realidade sócio-ambiental da região. A ideia foi proposta ao corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, pelo bispo do município de Brejo, Dom Valdeci Mendes, pelo promotor de Justiça Fernando Barreto e pelo advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Igor Almeida.

Em reunião na manhã dessa terça-feira (22), no gabinete do corregedor-geral da Justiça, na qual estava, ainda, o Des. José Bernardo Rodrigues, o bispo Valdeci Mendes comentou sobre a importância de contar com autoridades na divulgação desse trabalho. “Estamos dialogando com as autoridades, com as pessoas que podem de fato trabalhar para garantir o direito dessas pessoas que vivem na região, lutando pela terra”, disse

ao corregedor Cleones Cunha.

De acordo com as informações repassadas pelo promotor Fernando Barreto e pelo advogado da SMDH Igor Almeida, o estudo foi feito pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, coordenado pela professora e pesquisadora Maristela Andrade, da UFMA, em 2010 e 2011. O trabalho abrangeu a realidade dos municípios de Mata Roma, Urbano Santos e Santa Quitéria, cujo recorte é aplicável nos demais municípios da região do Baixo Parnaíba, nos quais as comunidades vivem situações semelhantes.

“A presença de empreendimentos de soja e de eucalipto ameaçam a sobrevivência dessas comunidades, que estão ali há muitos anos, não têm a titularidade, mas têm direito à posse da terra”, declarou Igor Almeida, durante apresentação da proposta ao corregedor-geral da Justiça.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou a importância de divulgar o trabalho na Justiça e no Ministério

público. “É um estudo denso, que engloba os problemas ambientais e os sociais. Queremos que os juízes e promotores da região vejam a dimensão disso e fiquem sensibilizados. Isso com certeza fará diferença no trabalho deles”, completou.

Para o corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha, a proposta é muito interessante. “Dou total apoio para a realização dessa apresentação. Vamos, em conjunto, pensar na melhor forma de fazê-la, organizando a reunião com antecedência, para que todos os convidados possam comparecer. Queremos que eles se sintam interessados em conhecer esse estudo. Quem sabe essa experiência possa se estender para outras regiões do Estado”, ressaltou o Des. Cleones.

Judiciário promove mutirão para celebrar acordos

O Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), promove de 28 a 31 deste mês o primeiro mutirão com pauta específica, reunindo 38 processos passíveis de conciliação envolvendo a empresa Franere/Gafisa e partes interessadas. “O iniciativa cria mais chances de êxito nos acordos. Estamos mantendo contato com bancos, prestadoras de serviços de saúde e outras empresas sempre com análise prévia de possibilidade de conciliação entre as partes”, explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA.

Judiciário promove mutirão para celebrar acordos

O Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), promove de 28 a 31 deste mês o primeiro mutirão com pauta específica, reunindo 38 processos passíveis de conciliação envolvendo a empresa Franere/Gafisa e partes interessadas.

“O iniciativa cria mais chances de êxito nos acordos. Estamos mantendo contato com bancos, prestadoras de serviços de saúde e outras empresas sempre com análise prévia de possibilidade de conciliação entre as partes”, explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, que tem como presidente o desembargador José Luiz Almeida.

CONCILIAÇÃO - As audiências encerram a tramitação dos processos nas varas a partir do acordo celebrado, que é imediatamente homologado e encaminhado ao juiz da vara na qual tramita o processo para o

devido encerramento.

“Trabalhamos dois meses elaborando as propostas de acordos. No caso específico da Franere, a nossa expectativa é de reduzir pelo menos em 50% o número de ações contra a referida empresa nas varas cíveis e nos juizados especiais”, frisa o advogado Saulo Boucinhas.

Para participar do mutirão de pautas específicas, as empresas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos que funcionam na Rua do Egito, Fórum do Calhau e nas unidades do Uniceuma no Renascença e na Cohama.

De acordo com o juiz Alexandre Abreu, está sendo analisada a implantação de postos fixos no Centro da Rua do Egito para recebimento de reclamações e formalização de acordos de usuários das empresas Cemar e Oi.

“O acordo não significa ceder e sim facilitar, oferecendo formas de soluções compatíveis com a capacidade de ambas as partes. A expectativa é de realizar mais conciliações e diminuir o tempo dos processos.”, finalizou.

Custas processuais já podem ser recolhidas via internet no Maranhão

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão decidiu que as custas processuais e do preparo de recursos já podem ser recolhidas via internet. O pagamento havia sido proibido diante da constatação de fraudes e impossibilidade de verificação do pagamento. A decisão foi comunicada aos juízes do Maranhão por meio de Circular assinada pelo corregedor-geral, Des. Cleones Carvalho Cunha.

Também já estão sendo feitas as comunicações à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão e ao Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ), do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi o presidente da A OAB/MA, Mário Macieira, que solicitou à CGJ-MA revogação do Ofício Circular nº 60/2010 da CGJ-MA, que havia proibido o pagamento.

De acordo com o parecer da juíza auxiliar da CGJ-MA, Alice Prazeres Rodrigues, o pagamento das custas via internet pode ser realizado, a partir de agora, diante do desenvolvimento de ferramenta de consulta de pagamento de boletos, com emissão de declaração e validação eletrônica, feito pelo Diretoria do FERJ e Diretoria de Informática do TJMA no próprio gerador de custas, "onde, após 24 horas, o recolhimento ao

FERJ pode ser comprovado pela parte ou pela Secretaria Judicial", diz o parecer.

A decisão justifica que "não há, de fato, qualquer lei que vede o recebimento de custas (e do preparo recursal) pela internet, sendo aceito o pagamento por essa modalidade em todas as esferas tanto públicas quanto privadas". É completa que "em dias atuais, todas as operações bancárias são feitas pela internet, não sendo justo ou consentâneo com a modernidade e a dinâmica das relações sociais, sejam as partes e advogados fadados ao enfrentamento de filas de banco, destacamento de pessoal próprio para que sejam efetuados os pagamentos dos boletos de forma presencial, quando a autenticação dos documentos valida-os para a efetividade e legitimidade das operações bancárias perante todos os entes públicos, inclusive os Tribunais".

Segundo a Circular nº 03/2013, assinada pelo corregedor-geral Cleones Cunha, "cabe à própria Secretaria Judicial, após 24 horas, a consulta do pagamento do boleto e a juntada aos autos da declaração com validação eletrônica pelo TJMA, nos termos do que determina o art. 4º da Lei de Custas e Emolumentos".

SSP apresenta líder da quadrilha que sequestrou o garoto Pedro Paulo



➔ Sebastião Soares da Silva, apontado como autor do sequestro

Apontado pela polícia como o criminoso mais procurado do Maranhão e líder da quadrilha que sequestrou o menino Pedro Paulo, 7 anos, em junho do ano passado, em Imperatriz, Sebastião Soares da Silva, 60 anos, conhecido como "Vô" e "Tião", natural de Correntes (PE), foi apresentado, durante entrevista coletiva à imprensa, ontem, quarta-feira (23), pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes, no auditório delegado Leofredo Ramos, na sede da secretaria, em São Luís.

Presentes, também, na coletiva o secretário-adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; o superintendente de Polícia Civil do Interior, Jair de Lima Paiva e o delegado André Gossaim, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

A ação que resultou na prisão de "Vô", na madrugada de terça-feira (22), por volta das 5h horas, no município de Francisco Macedo, no Piauí, foi executada pelo núcleo operacional do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, em Imperatriz, sob o comando da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Assuntos Estratégicos. Os trabalhos contaram com apoio da Superintendência de Polícia Civil do

Interior (SPCI) e do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), do Piauí, da Polícia civil de Picos (PI) e Polícia Militar de Francisco Macedo (PI).

"Mesmo depois da prisão do grupo envolvido no sequestro do garoto Pedro Paulo, o Sistema de Segurança continuou no encalço e monitorando o líder intelectual. Estávamos, há seis meses, acompanhando a movimentação de Sebastião Soares. Ele é um dos sequestradores de maior atuação no Brasil, pois possui mandado de prisão expedido em vários estados. Ele é, ainda, especializado no crime de extorsão mediante sequestro. A Polícia já tinha informações e mapeou toda a movimentação do sequestrador que culminou com a prisão na cidade de Francisco Macedo, no Piauí, próximo a cidade de Picos", explicou o secretário de Segurança.

Aluisio Mendes informou, ainda, que um novo sequestro estava sendo planejado por "Tião". Para esta nova ação, o sequestrador já havia mantido contato com criminosos do Pará e de São Paulo. A vítima seria o filho de um empresário. No momento da prisão, "Vô" se apresentou com documento falso em nome de Vicente Paula da Cunha. A Polícia apreendeu, ainda, em poder do sequestrador uma carteira de delegado Metropolitano da

Patrulha Ambiental de Inteligência, o que segundo informações policiais, facilitava a passagem de Sebastião pelas barreiras nas estradas estaduais e federais.

Foram apreendidos, ainda, uma espingarda calibre 36; a quantia de R\$ 5 mil, e um veículo Fiat Weekend, cor branca, placa: KEO 5288 - Araripina (PE), adquirido com o dinheiro fruto do pagamento do resgate. "Vô" teria comprado, também, um sítio pelo valor de R\$ 60.000 na zona rural da cidade de Francisco Macedo (PI).

"Na época do sequestro estivemos empenhando todos os esforços para identificar e prender os envolvidos. Conseguimos recuperar mais de 70 % do valor que foi repassado aos criminosos. Com essa prisão evitamos que outras pessoas pudessem ser vítimas do bando", disse a delegada geral Maria Cristina Resende.

Ficha Criminal de "Vô

Além do Maranhão, Sebastião Soares responde por crimes nos Estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pará. Em relação ao sequestro do garoto Pedro Paulo, a prisão preventiva de "Vô" foi expedida no dia 11 de julho de 2012 pelo juiz Joaquim da Silva Filho, titular da Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 4ª Vara Criminal de Imperatriz, interior do Maranhão.

A polícia informou que o primeiro registro processual é referente a um homicídio ocorrido em 8 de maio de 1980 quando vitimou um homem na cidade de Caruaru, Pernambuco. Em março de 1988, ele vitimou um casal também naquela cidade. No ano de 2002, ele foi condenado pela Comarca da 3ª Vara Penal de Castanhal, no Pará, por sequestro e cárcere privado. Teve decretado, também, prisão pela Comarca de Itambé, Pernambuco, no mesmo ano, por extorsão.

Já no estado do Ceará,

ele responde por extorsão mediante sequestro, onde teve prisão preventiva decretada desde 1997. Possui também mandado de prisão expedido em Natal (RN), por homicídio qualificado e tráfico de drogas.

Depoimento

Após ser preso, Sebastião delatou ao delegado André Gossaim todo o esquema e a logística usada no sequestro do garoto Pedro Paulo que ficou sob a guarda do grupo comandado por "Vô" durante 14 dias. O menino foi libertado na noite de 10 de julho, no distrito de Cicilândia, município de Palmeirante, no Tocantins, após ação monitorada pela equipe de investigação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Segundo o delegado André Gossaim, o sequestrador contou em depoimento que o grupo queria pedir, inicialmente, R\$ 1 milhão pelo resgate do garoto, mas, foram informados por um dos envolvidos, que era funcionário do pai do garoto, que o valor poderia demorar a ser recebido. Ele contou que Sebastião Soares da Silva nunca fez contatos porque temia que sua voz fosse reconhecida, pois, participou de outros sequestros. □ Apesar de sua fisionomia calma, o líder do sequestro é muito inteligente e bem articulado", analisou o delegado.

A polícia já prendeu Antonio Diagui, acusado ser o mentor do sequestro, preso em Imperatriz; além de Ricardo Feitosa Santos, sequestrador que invadiu a casa e receptou a criança e Bruno Francisco, responsável pelo apoio logístico do crime, a pessoa que resgatou os dois criminosos após o pagamento do resgate, ambos presos na cidade de Marabá, no Pará.

Custas processuais já podem ser recolhidas via internet no Maranhão

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão decidiu que as custas processuais e do preparo de recursos já podem ser recolhidas via internet. O pagamento havia sido proibido diante da constatação de fraudes e impossibilidade de verificação do pagamento. A decisão foi comunicada aos juízes do Maranhão por meio de Circular assinada pelo corregedor-geral, desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Também já estão sendo feitas as comunicações à Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão e ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foi o presidente da A OAB/MA, Mário Macieira, que solicitou à CGJ-MA revogação do Ofício Circular nº 60/2010 da CGJ-MA, que havia proibido o pagamento.

De acordo com o parecer da juíza auxiliar da CGJ-MA, Alice Prazeres Rodrigues, o pagamento das custas via internet pode ser realizado, a partir de agora, diante do desenvolvimento de ferramenta de consulta de pagamento de boletos, com emissão de declaração e validação eletrônica, feito pelo Diretoria do FERJ e Diretoria de Informática do TJMA no próprio gera-

dor de custas, "onde, após 24 horas, o recolhimento ao FERJ pode ser comprovado pela parte ou pela Secretaria Judicial", diz o parecer.

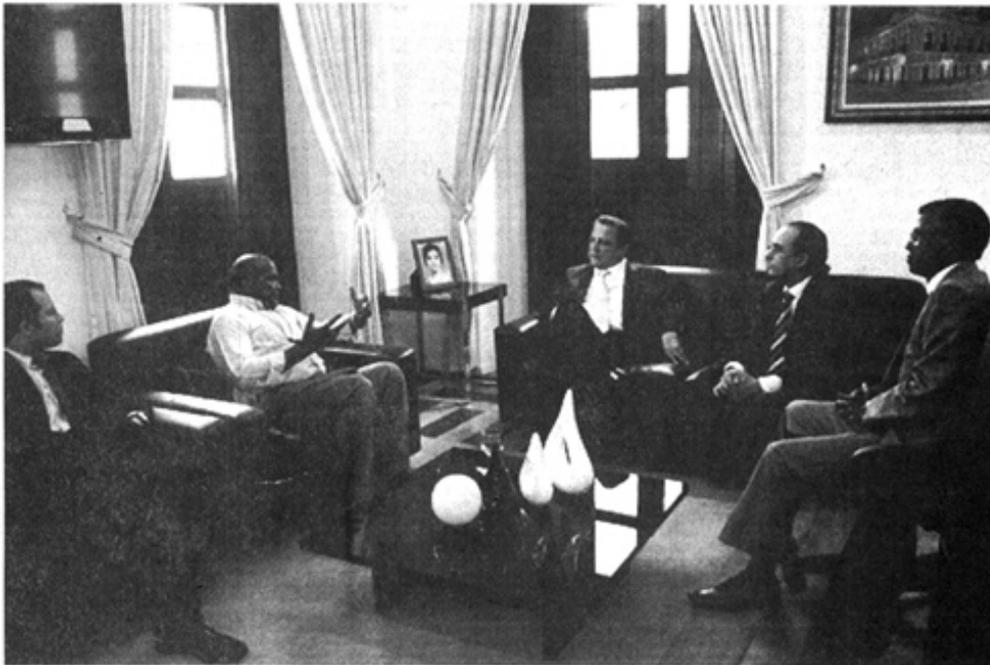
A decisão justifica que "não há, de fato, qualquer lei que vede o recebimento de custas (e do preparo recursal) pela internet, sendo aceito o pagamento por essa modalidade em todas as esferas tanto públicas quanto privadas". E completa que "em dias atuais, todas as operações bancárias são feitas pela internet, não sendo justo ou consentâneo com a modernidade e a dinâmica das relações sociais, sejam as partes e advogados fadados ao enfrentamento de filas de banco, destacamento de pessoal próprio para que sejam efetuados os pagamentos dos boletos de forma presencial, quando a autenticação dos documentos valida-os para a efetividade e legitimidade das operações bancárias perante todos os entes públicos, inclusive os Tribunais".

Segundo a Circular nº 03/2013, assinada pelo corregedor-geral Cleones Cunha, "cabe à própria Secretaria Judicial, após 24 horas, a consulta do pagamento do boleto e a juntada aos autos da declaração com validação eletrônica pelo TJMA, nos termos do que determina o art. 4º da Lei de Custas e Emolumentos".

05

GERAL

Estudo sobre Baixo Parnaíba é apresentado a juízes e promotores



Proposta foi apresentada pelo bispo Valdeci Mendes a membros do MP

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão deverão apresentar a juízes e promotores da região do Baixo Parnaíba, um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão sobre a realidade sócio-ambiental da região.

Estudo sobre Baixo Parnaíba é apresentado a juízes e promotores

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão deverão apresentar a juízes e promotores da região do Baixo Parnaíba, um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão sobre a realidade sócio-ambiental da região. A ideia foi proposta ao corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, pelo bispo do município de Brejo, Dom Valdeci Mendes, pelo promotor de Justiça Fernando Barreto e pelo advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Igor Almeida.

Em reunião na manhã de terça-feira (22), no gabinete do corregedor-geral da Justiça, na qual estava, ainda, o Des. José Bernardo Rodrigues, o bispo Valdeci Mendes comentou sobre a importância de contar com autoridades na divulgação desse trabalho. "Estamos dialogando com as autoridades, com as pessoas que podem de fato trabalhar para garantir o direito dessas pessoas que vivem na região, lutando pela terra", disse ao corregedor Cleones Cunha.

De acordo com as informações repassadas pelo promotor Fernando Barreto e pelo advogado da SMDH



Proposta foi apresentada pelo bispo Valdeci Mendes a membros do MP

Igor Almeida, o estudo foi feito pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, coordenado pela professora e pesquisadora Maristela Andrade, da UFMA, em 2010 e 2011. O trabalho abrangeu a realidade dos municípios de Mata Roma, Urbano Santos e Santa Quitéria, cujo recorte é aplicável nos demais municípios da região do Baixo Parnaíba, nos quais as comunidades vivem situações semelhantes.

"A presença de empreendimentos de soja e de eucalipto ameaçam a sobrevivência dessas comunidades, que

estão ali há muitos anos, não têm a titularidade, mas têm direito à posse da terra", declarou Igor Almeida, durante a apresentação da proposta ao corregedor-geral da Justiça.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou a importância de divulgar o trabalho na Justiça e no Ministério público. "É um estudo denso, que engloba os problemas ambientais e os sociais. Queremos que os juízes e promotores da região vejam a dimensão disso e fiquem sensibilizados. Isso com certeza fará diferença no traba-

lho deles", completou.

Para o corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha, a proposta é muito interessante. "Dou total apoio para a realização dessa apresentação. Vamos, em conjunto, pensar na melhor forma de fazê-la, organizando a reunião com antecedência, para que todos os convidados possam comparecer. Queremos que eles se sintam interessados em conhecer esse estudo. Quem sabe essa experiência possa se estender para outras regiões do Estado", ressaltou o Des. Cleones.

JUDICIÁRIO

Presidente do TJ anuncia novas obras

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou ontem, quarta-feira (23) a intenção do Judiciário em construir 15 Juizados Especiais em São Luís este ano. O TJMA dispõe de R\$ 15 milhões do Orçamento 2013 para financiar as obras que, contudo, dependem de futura parceria com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, a quem será solicitado a cessão dos terrenos.

"Há contatos nesse sentido", informou o presidente aos desembargadores. Guerreiro Júnior acredita que o prefeito será sensível à parceria. "É interessante sobretudo a São Luís, visto que os juizados atendem parcela enorme da população carente", justificou.

Os prédios anunciados irão substituir igual número de Juizados Especiais instalados na capital. A proposta imediata é tentar solucionar uma das deficiências do Judiciário estadual: o pagamento de aluguéis de imóveis para funcionamento da Justiça em todo o Estado. Ain-

da no bojo de obras em São Luís, o presidente vai edificar o novo prédio das Turmas Recursais.

O presidente confirmou o término de obras complementares no Fórum Desembargador Sarney Costa (no Calhau) e também divulgou para este ano o início do novo fórum de Imperatriz, e a construção do prédio próprio da Escola Superior da Magistratura (Esmam). Obra e equipamentos estão garantidos em orçamento.

Em Imperatriz - segunda maior comarca do Estado - está em fase final a terraplenagem do terreno do novo fórum Ministro Henrique de La Roque. O edifício, em formato de pentágono, terá capacidade para receber mais de 50 juizes.

A sessão jurisdicional desta quarta-feira foi a primeira do Ano Judiciário de 2013, e foi considerada histórica pelo presidente. Em novembro, o Tribunal maranhense comemora 200 anos de instalação. O TJMA é a terceira Corte de Justiça mais antiga do país, após Bahia e Rio de Janeiro.

JUDICIÁRIO

Mutirão promove conciliações em 38 processos

O Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), promove de 28 a 31 deste mês o primeiro mutirão com pauta específica, reunindo 38 processos passíveis de conciliação envolvendo a empresa Franere/Gafisa e partes interessadas.

"O iniciativa cria mais chances de êxito nos acordos. Estamos mantendo contato com bancos, prestadoras de serviços de saúde e outras empresas sempre com análise prévia de possibilidade de conciliação entre as partes", explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do

TJMA, que tem como presidente o desembargador José Luiz Almeida.

CONCILIAÇÃO-As audiências encerram a tramitação dos processos a partir do acordo celebrado. "Trabalhamos dois meses elaborando as propostas de acordos. No caso específico da Franere, a nossa expectativa é de reduzir pelo menos em 50% o número de ações contra a referida empresa nas varas cíveis e nos juizados especiais", frisa o advogado Saulo Boucinhas.

Para participar do mutirão de pautas específicas, as empresas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos que funcionam na Rua do Egito, Fórum do Calhau e nas unidades do Uniceuma no Renascença e na Cohama.



Juiz Alexandre Abreu conversa com representantes da Franere.

De acordo com o juiz Alexandre Abreu, está sendo analisada a implantação de postos fixos no Centro da Rua do Egito para recebimento de reclamações e formalização de acordos de usuá-

rios das empresas Cemar e Oi.

"O acordo não significa ceder e sim facilitar, oferecendo formas de soluções compatíveis com a capacidade das partes", ressalta o magistrado.

IMPERATRIZ

Fiscalização de Carnaval inicia na próxima semana

Os comissários de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz darão início à fiscalização de Carnaval na próxima semana. Neste ano, a festa ocorrerá entre os dias 9 e 12 de fevereiro. Proprietários de estabelecimentos onde haja consumo ou venda de bebida alcoólica (bares, casas de festas, e afins), além de organizadores de eventos carnavalescos, vão receber cópia da Portaria nº 001/2009 da Vara de Infância e Juventude de Imperatriz, já na próxima semana.

Essa medida da Vara tem o objetivo de conscientizá-los sobre o acesso, a permanência e a participação de crianças e adolescentes em locais em que ocorram atividades festivas no período do Carnaval ou que se comercializem bebidas alcoólicas. Para realizar esse trabalho, serão designados 100 comissários voluntários da comarca e os sete que integram o quadro efetivo.

Os comissários vão atuar em Imperatriz e nos municípios que são termos judiciários da cidade: Davinópolis, Governador Edson Lobão e Vila Nova dos Martírios. Eles vão percorrer esses locais para averiguar o cumprimento da Portaria 001/2009, que trata exclusivamente do período de Carnaval, e da Portaria 001/2012, que regulamenta o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e em locais de consumo de bebida alcoólica na Comarca de Imperatriz.

Os donos de estabelecimentos comerciais e organizadores de eventos deverão cumprir to-

das as determinações presentes nas duas portarias, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Portaria de Carnaval - A Portaria veta a participação de crianças de até 15 anos em festas, bailes, blocos e escolas de samba ou qualquer outra atividade ligada ao Carnaval sem a presença dos pais ou responsáveis. Já as pessoas da faixa etária de 15 a 17 anos só poderão participar desses mesmos eventos acompanhados de pais ou responsáveis ou com autorização por escrito destes.

A autorização deve ser feita a partir do preenchimento de um formulário fornecido gratuitamente na secretaria da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz. Vale observar que é obrigatório o reconhecimento em cartório da assinatura do responsável, e o adolescente tem de portar o documento.

Já a condição para a participação de crianças em atividades carnavalescas como integrantes de blocos, artistas ou coadjuvantes, é a autorização prévia do juiz da Infância mediante alvará cuja solicitação deverá ser feita até cinco dias de antecedência do evento. A desobediência resulta no recolhimento do adolescente pelos comissários e conduzido à Delegacia de Polícia, onde será entregue aos pais, que terão de assinar termo de responsabilidade.

Os donos de estabelecimentos terão, obrigatoriamente, que colocar placa em local visível com advertência sobre as proibições previstas na Portaria. "Em nenhuma hipótese será admitido o fornecimento de bebi-

da alcoólica para menores de 18 anos", diz o artigo 7º da Portaria. Os proprietários de bares e restaurantes devem cobrar na portaria a documentação dos frequentadores. Os comerciantes que desobedecerem à Portaria estão sujeitos a penalidades que vão desde a aplicação de multas, a suspensão do alvará de funcionamento e até o fechamento do estabelecimento comercial.

Apoio - Como em anos anteriores, os comissários da Infância terão o reforço de conselheiros tutelares, Polícia Militar e Polícia Civil. Eles estão em fase final de planejamento das ações. Durante os quatro dias de Carnaval, a meta é visitar todos os locais onde estiver sendo realizada alguma folia, com destaque ainda para os bares e clubes.

Já a Portaria 01/2012 regulamenta o acesso, a permanência e a participação de crianças e adolescentes em locais nos quais se promovam atividades festivas e de diversão, onde se comercializem bebidas alcoólicas para consumo imediato, bem como em locais destinados a promoção de jogos com apostas, prognósticos ou ofertas de prêmios, inclusive bingos, sinucas, bilhares e jogos eletrônicos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e é considerada adolescente a pessoa que possui entre 12 e 18 anos de idade incompletos.

O PRESIDENTE do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou ontrem a intenção do Judiciário em construir 15 Juizados Especiais em São Luís este ano. O TJMA dispõe de R\$ 15 milhões do Orçamento 2013 para financiar as obras que, contudo, dependem de futura parceria com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, a quem será solicitado a cessão dos terrenos.

TJMA vai construir sedes próprias para 15 Juizados Especiais

Anúncio foi feito ontem pelo presidente do órgão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; investimento será de R\$ 15 milhões. **Geral 5**

TJ anuncia a construção de sedes para 15 Juizados Especiais em SL

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, estão disponíveis R\$ 15 milhões para a construção de prédios que substituirão os imóveis alugados onde funcionam os Juizados Especiais na capital

O Tribunal de Justiça do Maranhão anunciou ontem a construção de 15 Juizados Especiais próprios em São Luís, até o fim deste ano. Para os serviços, o Judiciário terá R\$ 15 milhões à disposição, que serão gastos também na aquisição de novos equipamentos. No entanto, ainda segundo a presidência do TJ, a construção dos Juizados próprios na capital maranhense dependerá de acordo futuro entre a Justiça e a Prefeitura.

A construção dos prédios servirá para a substituição de 15 dos atuais 17 Juizados Especiais de São Luís - que funcionam em imóveis alugados -, sendo 13 que se referem aos casos Cíveis e de Relações de Consumo, um aos casos de Trânsito e três à esfera criminal.

"É interessante a ampliação, sobretudo em São Luís, visto que os juizados atendem parcela enorme da população carente", afirmou o presidente do TJ no estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Sobre a necessidade de parceria do TJ com o Município, o presidente disse que as primeiras conversas já foram iniciadas. "Há contatos nesse sentido", disse Guerreiro Júnior durante a primeira sessão do TJ no estado, na manhã de ontem.

A presidência do TJ no estado também informou que irá edificar o novo prédio das Turmas Recursais. Outra medida anunciada pelo TJ diz respeito à construção do novo fórum Ministro Henrique de La Rocque



Desembargador Guerreiro Júnior presidiu ontem a primeira sessão do TJMA após o recesso forense

“

É interessante a ampliação, sobretudo em São Luís, visto que os juizados atendem a parcela enorme da população carente”

Desembargador Antonio Guerreiro Júnior,
presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Almeida, em Imperatriz, segunda maior comarca do Estado. As obras, orçadas em R\$ 150 milhões, deverão estar concluídas até dezembro deste ano. Também serão promovidas a construção do prédio próprio da Escola Superior de Magistratura (Esmam) e a instalação do segundo Juizado Especial de São José de Ribamar, até o fim deste ano.

Além de São Luís, atualmente, os municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Imperatriz, Bacabal, Açailândia, Balsas, Caxias, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Santa Inês e Timon possuem Juizados Especiais.

Comemorações - Ainda segundo a presidência do TJ no Maranhão, as obras anunciadas fazem parte das comemorações dos 200 anos de instalação do Judiciário no estado, que ocorrerão em novembro deste ano. O Tribunal de Justiça do Maranhão é a terceira corte de Justiça mais antiga do país, ficando atrás apenas dos estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

Juizados Especiais de São Luís

- 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, na Rua do Egito, Centro
- 2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, no campus da Universidade Estadual do Maranhão
- 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Condomínio
- 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo, na Cohab
- 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Anjo da Guarda
- 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Monte Castelo
- 7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo, na Universidade Leuzia, campus Renascença II
- 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Renascença
- 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, na Cohama
- 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Turu
- 11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Anil
- 12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no João de Deus
- 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Maracá
- Juizado Especial de Trânsito, no Departamento Estadual de Trânsito Maranhão
- 1º Juizado Especial Criminal, no Fórum Desembargador Sarney Lúcia
- 2º Juizado Especial Criminal, no Anil
- 3º Juizado Especial Criminal, no Fórum Universitário



15 Juizados Especiais serão construídos em São Luís, até o final deste ano

17 Juizados Cíveis, de Relações de Consumo, de Trânsito e Criminais existem atualmente na capital maranhense

12 municípios maranhenses, além de São Luís, possuem Juizados Especiais

Via rede

A Corregedoria Geral da Justiça atendeu a pedido da OAB e bateu martelo: custas processuais e do preparo de recursos já podem ser recolhidas via internet.

O pagamento havia sido proibido diante da constatação de fraudes e impossibilidade de verificação do pagamento.

A decisão de apostar no sistema virtual foi comunicada à magistratura em circular assinada pelo corregedor-geral, desembargador Cleones Cunha.

Atendimento

IMPERATRIZ - As mulheres fragilizadas, geralmente de famílias carentes, contam com a proteção e o apoio de entidades que se organizam por meio da Rede de Atendimento à Mulher de Imperatriz. Com isso, elas passaram a ser mais respeitadas e valorizadas, como descreveu a secretária municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Conceição Formiga. Ela disse que as mulheres, antes agredidas fisicamente, e que não procuravam os órgãos com medo de seus agressores, hoje perderam o receio e estão comparecendo às delegacias de polícia especializada e às Varas especializadas na defesa das mulheres.

SÓCIO-AMBIENTAL

CGJ-MA e MP devem apresentar estudo sobre Baixo Parnaíba a juízes e promotores

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão deverão apresentar a juízes e promotores da região do Baixo Parnaíba, um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão sobre a realidade sócio-ambiental da região. A ideia foi proposta ao corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, pelo bispo do município de Brejo, Dom Valdeci Mendes, pelo promotor de Justiça Fernando Barreto e pelo advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Igor Almeida.

Em reunião na manhã de terça-feira (22), no gabinete do corregedor-geral da Justiça, na qual estava, ainda, o Des. José Bernardo Rodrigues, o bispo Valdeci Mendes comentou sobre a importância de contar com autoridades na divulgação desse trabalho. "Estamos dialogando com as autoridades, com as pessoas que podem de fato trabalhar para garantir o direito dessas pessoas que vivem na região, lutando pela terra", disse ao corregedor Cleones Cunha.

ESTUDO - De acordo com as informações repassadas pelo promotor Fernando Barreto e pelo advogado da SMDH Igor Almeida, o estudo foi feito pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, coordenado pela professora e pesquisadora Maristela Andrade, da UFMA, em 2010 e 2011. O trabalho abrange a realidade dos municípios

de Mata Roma, Urbano Santos e Santa Quitéria, cujo recorte é aplicável nos demais municípios da região do Baixo Parnaíba, nos quais as comunidades vivem situações semelhantes.

"A presença de empreendimentos de soja e de eucalipto ameaçam a sobrevivência dessas comunidades, que estão ali há muitos anos, não têm a titularidade, mas têm direito à posse da terra", declarou Igor Almeida, durante apresentação da proposta ao corregedor-geral da Justiça.

IMPORTÂNCIA - O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou a importância de divulgar o trabalho na Justiça e no Ministério público. "É um estudo denso, que engloba os problemas ambientais e os sociais. Queremos que os juízes e promotores da região vejam a dimensão disso e fiquem sensibilizados. Isso com certeza fará diferença no trabalho deles", completou.

Para o corregedor-geral Cleones Carvalho Cunha, a proposta é muito interessante. "Dou total apoio para a realização dessa apresentação. Vamos, em conjunto, pensar na melhor forma de fazê-la, organizando a reunião com antecedência, para que todos os convidados possam comparecer. Queremos que eles se sintam interessados em conhecer esse estudo. Quem sabe essa experiência possa se estender para outras regiões do Estado", ressaltou o Des. Cleones.

JUSTIÇA

Judiciário promove mutirão para celebrar acordos

O Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), promove de 28 a 31 deste mês o primeiro mutirão com pauta específica, reunindo 38 processos passíveis de conciliação envolvendo a empresa Franere/Gafisa e partes interessadas.

"O iniciativa cria mais chances de êxito nos acordos. Estamos mantendo contato com bancos, prestadoras de serviços de saúde e outras empresas sempre com análise prévia de possibilidade de conciliação entre as partes", explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJ-MA, que tem como presidente o desembargador José Luiz Almeida.

Conciliação - As audiências encerram a tramitação dos processos nas varas a partir do acordo celebrado, que é imediatamente homologado e encaminhado ao juiz da vara na

qual tramita o processo para o devido encerramento.

"Trabalhamos dois meses elaborando as propostas de acordos. No caso específico da Franere, a nossa expectativa é de reduzir pelo menos em 50% o número de ações contra a referida empresa nas varas cíveis e nos juizados especiais", frisa o advogado Saulo Boucinhas.

Para participar do mutirão de pautas específicas, as empresas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos que funcionam na Rua do Egito, Fórum do Calhau e nas unidades do Uniceuma no Renascença e na Cohama.

De acordo com o juiz Alexandre Abreu, está sendo analisada a implantação de postos fixos no Centro da Rua do Egito para recebimento de reclamações e formalização de acordos de usuários das empresas Cemar e Oi.

"O acordo não significa ceder e sim facilitar, oferecendo formas de soluções compatíveis com a capacidade de ambas as partes. A expectativa é de realizar mais conciliações e diminuir o tempo dos processos.", finalizou.

IMPERATRIZ

Comissários iniciam fiscalização de Carnaval na próxima semana

Os comissários de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz darão início à fiscalização de Carnaval na próxima semana. Neste ano, a festa ocorrerá entre os dias 9 e 12 de fevereiro. Proprietários de estabelecimentos onde haja consumo ou venda de bebida alcoólica (bares, casas de festas, e afins), além de organizadores de eventos carnavalescos, vão receber cópia da Portaria nº 001/2009 da Vara de Infância e Juventude de Imperatriz, já na próxima semana.

Essa medida da Vara tem o objetivo de conscientizá-los sobre o acesso, a permanência e a participação de crianças e adolescentes em locais em que ocorram atividades festivas no período do Carnaval ou que se comercializem bebidas alcoólicas. Para realizar esse trabalho, serão designados 100 comissários voluntários da comarca e os sete que integram o quadro efetivo.

Os comissários vão atuar em Imperatriz e nos municípios que são termos judiciários da cidade: Davinópolis, Governador Edson Lobão e Vila Nova dos Martírios. Eles vão percorrer esses locais para averiguar o cumprimento da Portaria 001/2009, que trata exclusivamente do período de Carnaval, e da Portaria 001/2012, que regulamenta o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e em locais de consumo de bebida alcoólica na Comarca de Imperatriz.

Os donos de estabelecimentos comerciais e organizadores de eventos deverão cumprir todas as determinações presentes nas duas portarias, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Portaria de Carnaval - A Portaria veta a participação de crianças de até 15 anos em festas, bailes, blocos e escolas de samba ou qualquer outra atividade ligada ao Carnaval sem a presença dos pais ou responsáveis. Já as pessoas da faixa etária de 15 a 17 anos só poderão participar desses mesmos eventos acompanhados de pais ou responsáveis ou com autorização por escrito destes.

A autorização deve ser feita a partir do preenchimento de um formulário fornecido gratuitamente na secretaria da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz. Vale observar que é obrigatório o reconhecimento em cartório da assinatura do responsável, e o adolescente tem de portar o documento.

Já a condição para a participação de crianças em atividades carnavalescas como integrantes de blocos, artistas ou coadjuvantes, é a autorização prévia do juiz da Infância mediante alvará cuja solicitação deverá ser feita até cinco dias de antecedência do evento. A desobediência resulta no recolhimento do adolescente pelos comissários e conduzido à Delegacia de Polícia, onde será entregue aos pais, que terão de assinar termo de responsabilidade.

Os donos de estabelecimentos terão, obrigatoriamente, que colocar placa em local visível com advertência sobre as proibições previstas na Portaria. "Em nenhuma hipótese será admitido o fornecimento de bebida alcoólica para menores de 18 anos", diz o artigo 7º da Portaria. Os proprietários de bares e restaurantes devem cobrar na portaria a documentação dos frequentadores. Os comerciantes que desobedecerem à Portaria estão sujeitos a penalidades que vão desde a aplicação de multas, a suspensão do alvará de funcionamento e até o fechamento do estabelecimento comercial.

Apoio - Como em anos anteriores, os comissários da Infância terão o reforço de conselheiros tutelares, Polícia Militar e Polícia Civil. Eles estão em fase final de planejamento das ações. Durante os quatro dias de Carnaval, a meta é visitar todos os locais onde estiver sendo realizada alguma folia, com destaque ainda para os bares e clubes.

Já a Portaria 01/2012 regulamenta o acesso, a permanência e a participação de crianças e adolescentes em locais nos quais se promovam atividades festivas e de diversão, onde se comercializem bebidas alcoólicas para consumo imediato, bem como em locais destinados a promoção de jogos com apostas, prognósticos ou ofertas de prêmios, inclusive bingos, sinucas, bilhares e jogos eletrônicos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e é considerada adolescente a pessoa que possui entre 12 e 18 anos de idade incompletos.

SSP APRESENTA LÍDER DA QUADRILHA QUE SEQUESTROU O GAROTO PEDRO PAULO

PAG. 11

SSP apresenta líder da quadrilha que sequestrou o garoto Pedro Paulo

A ação foi executada pelo núcleo operacional do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública em Imperatriz



Sebastião Soares da Silva, apontado como autor do sequestro

Apontado pela polícia como o criminoso mais procurado do Maranhão e líder da quadrilha que sequestrou o menino Pedro Paulo, 7 anos, em junho do ano passado, em Imperatriz, Sebastião Soares da Silva, 60 anos, conhecido como "Vô" e "Tião", natural de Correntes (PE), foi apresentado, durante entrevista coletiva à imprensa, ontem, quarta-feira (23), pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes, no auditório delegado Leofredo Ramos, na sede da secretaria, em São Luís.

Presentes, também, na coletiva o secretário-adjunto de Inteligência e Assuntos Estratégicos, Laércio Costa; a delegada geral de Polícia Civil, Maria Cristina Resende; o superintendente de Polícia Civil do Interior, Jair de Lima Paiva e o delegado André Gossaim, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

A ação que resultou na prisão de "Vô", na madrugada de terça-feira (22), por volta das 5h horas, no município de Francisco Macedo, no Piauí, foi executada pelo núcleo opera-

cional do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, em Imperatriz, sob o comando da Secretaria-Adjunta de Inteligência e Assuntos Estratégicos. Os trabalhos contaram com apoio da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) e do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), do Piauí, da Polícia civil de Picos (PI) e Polícia Militar de Francisco Macedo (PI).

"Mesmo depois da prisão do grupo envolvido no sequestro do garoto Pedro Paulo, o Sistema de Segurança continuou no encaixe e monitorando o líder intelectual. Estávamos, há seis meses, acompanhando a movimentação de Sebastião Soares. Ele é um dos sequestradores de maior atuação no Brasil, pois possui mandado de prisão expedido em vários estados. Ele é, ainda, especializado no crime de extorsão mediante sequestro. A Polícia já tinha informações e mapeou toda a movimentação do sequestrador que culminou com a prisão na cidade de Francisco Macedo, no Piauí, próxi-

mo a cidade de Picos", explicou o secretário de Segurança.

Aluisio Mendes informou, ainda, que um novo sequestro estava sendo planejado por "Tião". Para esta nova ação, o sequestrador já havia mantido contato com criminosos do Pará e de São Paulo. A vítima seria o filho de um empresário. No momento da prisão, "Vô" se apresentou com documento falso em nome de Vicente Paula da Cunha. A Polícia apreendeu, ainda, em poder do sequestrador uma carteira de delegado Metropolitano da Patrulha Ambiental de Inteligência, o que segundo informações policiais, facilitava a passagem de Sebastião pelas barreiras nas estradas estaduais e federais.

Foram apreendidos, ainda, uma espingarda calibre 36; a quantia de R\$ 5 mil, e um veículo Fiat Wekend, cor branca, placa: KEO 5288 - Araripina (PE), adquirido com o dinheiro fruto do pagamento do resgate. "Vô" teria comprado, também, um sítio pelo valor de R\$ 60.000 na zona rural da cidade de Francisco Macedo (PI).

"Na época do sequestro estivemos empenhando todos os esforços para identificar e prender os envolvidos. Conseguimos recuperar mais de 70% do valor que foi repassado aos criminosos. Com essa prisão evitamos que outras pessoas pudessem ser vítimas do bando", disse a delegada geral Maria Cristina Resende.

Ficha Criminal de "Vô" - Além do Maranhão, Sebastião Soares responde por crimes nos Estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pará. Em relação ao sequestro do garoto Pedro Paulo, a prisão preventiva de "Vô" foi expedida no dia 11 de julho de 2012 pelo juiz Joa-

quim da Silva Filho, titular da Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 4ª Vara Criminal de Imperatriz, interior do Maranhão.

A polícia informou que o primeiro registro processual é referente a um homicídio ocorrido em 8 de maio de 1980 quando vitimou um homem na cidade de Caruaru, Pernambuco. Em março de 1988, ele vitimou um casal também naquela cidade. No ano de 2002, ele foi condenado pela Comarca da 3ª Vara Penal de Castanhal, no Pará, por sequestro e cárcere privado. Teve decretado, também, prisão pela Comarca de Itambé, Pernambuco, no mesmo ano, por extorsão.

Já no estado do Ceará, ele responde por extorsão mediante sequestro, onde teve prisão preventiva decretada desde 1997. Possui também mandado de prisão expedido em Natal (RG), por homicídio qualificado e tráfico de drogas.

Depoimento - Após ser preso, Sebastião delatou ao delegado André Gossaim todo o esquema e a logística usada no sequestro do garoto Pedro Paulo que ficou sob a guarda do grupo comandado por "Vô" durante 14 dias. O menino foi libertado na noite de 10 de julho, no distrito de Cicilândia, município de Palmeirante, no Tocantins, após ação monitorada pela equipe de investigação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Segundo o delegado André Gossaim, o sequestrador contou em depoimento que o grupo queria pedir, inicialmente, R\$ 1 milhão pelo resgate do garoto, mas, foram informados por um dos envolvidos, que era funcionário do pai do garoto, que o valor poderia demorar a ser recebido.

2O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, disse que pretende instalar, até o final do mandato em janeiro próximo, umas cinco comarcas no interior. Acredita que, em mais dois anos, todos os municípios terão comarca no Maranhão.

Parceria na Justiça

Em conversa com este Bastidores, o presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, mostrou-se animado diante da possibilidade de formar uma parceria com o prefeito Holanda Júnior para construir 15 juizados especiais até o fim de 2013. Ele já dispõe dos recursos no orçamento, de R\$ 15 milhões, enquanto a prefeitura entraria com os terrenos. O TJ quer sair dos aluguéis, onde funcionam hoje os juizados.

Após tudo o que veio à tona com o fim de sua administração, o ex-prefeito de São Luís João Castelo tem os bens bloqueados por determinação da juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública, Luzia Nepomuceno. Além do ex-prefeito, sócios da empreiteira Pavetec, Gustavo José Melo Fonseca e Daniel França dos Santos, também tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados. A medida faz parte das investigações sobre irregularidades na dispensa de licitação de obras da Prefeitura de São Luís.

Castelo é acusado de desviar recursos, sobretudo na reta final do seu governo. E a situação da prefeitura, após a posse do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, fortaleceu a suspeita de que ele tenha se beneficiado de dinheiro público.

Maranhão

Guerreiro Júnior anuncia novas obras para o Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou nesta quarta-feira (23) a intenção do Judiciário em construir 15 Juizados Especiais em São Luís este ano. O TJMA dispõe de R\$ 15 milhões do Orçamento 2013 para financiar as obras que, contudo, dependem de futura parceria com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior, a quem será solicitado a cessão dos terrenos.

"Há contatos nesse sentido", informou o presidente aos desembargadores. Guerreiro Júnior acredita que o prefeito será sensível à parceria. "É interessante sobretudo a São Luís, visto que os juizados atendem parcela enorme da população carente", justificou.

Os prédios anunciados irão substituir igual número de Juizados Especiais instalados na capital. A proposta imediata é tentar solucionar uma das deficiências do Judiciário estadual: o pagamento de aluguéis de imóveis para funcionamento da Justiça em todo o Estado. Ainda no bojo de

obras em São Luís, o presidente vai edificar o novo prédio das Turmas Recursais.

O presidente confirmou o término de obras complementares no Fórum Desembargador Sarney Costa (no Calhau) e também divulgou para este ano o início do novo fórum de Imperatriz, e a construção do prédio próprio da Escola Superior da Magistratura (Esmam). Obra e equipamentos estão garantidos em orçamento.

Em Imperatriz – segunda maior comarca do Estado – está em fase final a terraplenagem do terreno do novo fórum Ministro Henrique de La Roque. O edifício, em formato de pentágono, terá capacidade para receber mais de 50 juízes.

A sessão jurisdicional desta quarta-feira foi a primeira do Ano Judiciário de 2013, e foi considerada histórica pelo presidente. Em novembro, o Tribunal maranhense comemora 200 anos de instalação. O TJMA é a terceira Corte de Justiça mais antiga do país, após Bahia e Rio de Janeiro.

de 28 a 31 de janeiro

Judiciário promove mutirão para celebrar acordos em São Luís

O Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão, instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), promove de 28 a 31 deste mês o primeiro mutirão com pauta específica, reunindo 38 processos passíveis de conciliação envolvendo a empresa Franere/Gafisa e partes interessadas.

“O iniciativa cria mais chances de êxito nos acordos. Estamos mantendo contato com bancos, prestadoras de serviços de saúde e outras empresas sempre com análise prévia de possibilidade de conciliação entre as partes”, explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do



Juiz Alexandre Abreu conversa com representantes da Franere

TJMA, que tem como presidente o desembargador José Luiz Almeida.

CONCILIAÇÃO - As audiências encerram a tramitação dos processos nas varas a partir do acordo celebrado, que é imediatamente homologado e encaminhado ao juiz da vara na qual tramita o processo para

o devido encerramento.

“Trabalhamos dois meses elaborando as propostas de acordos. No caso específico da Franere, a nossa expectativa é de reduzir pelo menos em 50% o número de ações contra a referida empresa nas varas cíveis e nos juizados especiais”, frisa o advogado Saulo Boucinhas.

Para participar do mutirão de pautas específicas, as empresas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos que funcionam na Rua do Egito, Fórum do Calhau e nas unidades do Uniceuma no Renascença e na Cohama.

De acordo com o juiz Alexandre Abreu, está sendo analisada a implantação de postos fixos no Centro da Rua do Egito para recebimento de reclamações e formalização de acordos de usuários das empresas Cemar e Oi.

“O acordo não significa ceder e sim facilitar, oferecendo formas de soluções compatíveis com a capacidade de ambas as partes. A expectativa é de realizar mais conciliações e diminuir o tempo dos processos.”, finalizou.

CGJ-MA e MP devem apresentar estudo sobre Baixo Parnaíba a juízes e promotores

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e o Ministério Público do Estado do Maranhão deverão apresentar a juízes e promotores da região do Baixo Parnaíba, um estudo realizado pela Universidade Federal do Maranhão sobre a realidade socioambiental da região.

A ideia foi proposta ao corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Cunha, pelo bispo do município de Brejo, Dom Valdeci Mendes, pelo promotor de Justiça Fernando Barreto e pelo advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos Igor Almeida.

Em reunião na manhã de terça-feira (22), no gabinete do corregedor-geral da Justiça, na qual estava, ainda, o des. José Bernardo Rodrigues, o bispo Valdeci Mendes comentou sobre a importância de contar com auto-

ridades na divulgação desse trabalho. “Estamos dialogando com as autoridades, com as pessoas que podem de fato trabalhar para garantir o direito dessas pessoas que vivem na região, lutando pela terra”, disse ao corregedor Cleones Cunha.

De acordo com as informações repassadas pelo promotor Fernando Barreto e pelo advogado da SMDH Igor Almeida, o estudo foi feito pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, coordenado pela professora e pesquisadora Maristela Andrade, da UFMA, em 2010 e 2011. O trabalho abrangeu a realidade dos municípios de Mata Roma, Urbano Santos e Santa Quitéria, cujo recorte é aplicável nos demais municípios da região do Baixo Parnaíba, nos quais as comunidades vivem situações semelhantes.

Ex-prefeito que não prestou contas vai responder ação na Justiça

O ex-prefeito de São Vicente Ferrer, Vicente Arouche Santos, deverá responder ação de reparação de danos ao tesouro pela não utilização e não prestação de contas de R\$ 50 mil recebidos em sua gestão. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, que acatou recurso do município e reconduziu o ex-prefeito como réu da ação.

Vicente Arouche foi acionado pelo Ministério Público Estadual, que pedia sua condenação para devolver ao erário municipal – com juros e correção monetária – o valor recebido por meio de convênio com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), destinado a construção de dois sistemas simplificados de abastecimento de água nos povoados de Sapucaia e Enseada.

Segundo o MP, o prefeito não executou o objeto do convênio e não prestou contas dos recursos, impossibilitando o município de celebrar novos convênios em benefício da comunidade. O juízo da comarca de São Vicente Ferrer reconheceu a ilegitimidade daquele município para ajuizar a ação contra o ex-prefeito.

Os desembargadores reformaram a sentença, entendendo que há interesse do município, uma vez que os recursos recebidos a título de convênio são incorporados ao patrimônio do ente municipal, que pode pleitear o ressarcimento em face de ex-gestores.

“Cabe ao ex-prefeito responder o feito para demonstrar a legalidade do destino das verbas e se desincumbir de ressarcir o erário”, manifestou a relatora do recurso, desembargadora Nelma Sarney.

O voto da relatora foi seguido pelos desembargadores Marcelo Carvalho (revisor) e Vicente de Paula Gomes. O processo foi remetido de volta à comarca de São Vicente Ferrer, para o regular prosseguimento.

■ Saída de fim de ano

Ao menos 2.425 presos liberados para saída temporária no Natal e na virada do ano aproveitaram a oportunidade para fugir, mostra levantamento feito pelo jornal Folha de S. Paulo. Em Sergipe, 21% dos beneficiados não retornaram no prazo estabelecido – maior índice do país.

Maranhão, onde cerca de 20% não voltaram, foi o segundo na lista. São Paulo tem o maior número absoluto: estão à solta 1.478 condenados (6,5%).

Em Campo Grande (MS), todos os 388 que saíram no fim do ano voltaram. No Cearpa, as saídas temporárias não são dadas no fim do ano ao menos desde 2006, segundo a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania.

Decapitado

Distante de São Luís e ainda sem esboçar qualquer gesto de defesa e sem que nenhum dos políticos ligados à sua administração, vereadores e secretários, tenha sequer protestado, o ex-prefeito João Castelo deve acompanhar estarecido ao processo de demolição moral de que é vítima na imprensa e à intensa movimentação com que pretendem inculpá-lo por todas as desgraças de São Luís.

Discursos, notícias, entrevistas, ações judiciais, golpes publicitários, encham as páginas dos jornais e a internet numa ação coordenada que une gregos e troianos num massacre tão violento que chega a gerar desconfiança em torno de seus reais propósitos.

Não se lê, entretanto, nada que tenha qualquer substância factual, não apresentam quaisquer provas ou indícios de provas de que tenha o prefeito se apropriado de recursos públicos na proporção alardeada pelas mídias organizadas na periferia política do Maranhão.

Tudo são suspeitas e em torno de suspeitas propõem auditorias, investigações, fazem acusações, mas a imagem do ex-prefeito é destacada como se passado tivesse por alguma condenação e a ação movida pelo eficiente Ministério Público do Maranhão houvesse já transitado em julgado. A sangria na veia jugular do prefeito é tão violenta que a hemorragia não se contém nem diante da inverossímil notícia de que os bens do ex-prefeito foram declarados indisponíveis e quebrados seus sigilos bancário e telefônico, embora seja possível – e nada estranho – que a Justiça maranhense tenha, de fato, tomado essa decisão.

O objetivo parece ser julgar, condenar e punir João Castelo junto à opinião pública antes que se conclua a tramitação jurídica normal de qualquer processo ou que tenha ele a oportunidade de apresentar defesa.

Eleito de repente inimigo público número um de todos os políticos, todas as justiças, todos os ministérios, João Castelo enfrenta um exército poderoso, uma coalisão de forças intermitente que pretende a todo custo bani-lo da vida pública.

Nem precisamos dizer que não era assim enquanto teve o poder nas mãos, enquanto dispôs de secretarias, autarquias, empregos públicos e da caneta que nomeava e demitia em São Luís.

Como Sarney e seu grupo não têm mais adversários na oposição, culpe-se única e exclusivamente o ex-prefeito por todas as desgraças do Estado, inclusive por não ter R\$ 5 bilhões para manipular todo mundo. E ontem a Fundação Getúlio Vargas veio a público mostrar que existe na Prefeitura, contratado ainda por João Castelo, um Projeto de Reestruturação da Rede de Atenção à Saúde Básica de São Luís e segundo a ex-secretária municipal de Saúde, Maria Ieda Gomes Vanderlei, a Fundação foi contratada “em razão das fragilidades e debilidades da estrutura organizacional da Semus”.

Razões seculares, que vêm desde quando a ditadura militar nomeou Mauro Fecury prefeito desta capital pela primeira vez. Em outras palavras, assim como tinha em curso um plano para resolver o problema viário e de transporte de São Luís, Castelo tinha também um plano para a saúde pública. Mas ele está fora do poder, perdeu a caneta, coisa que José Sarney nunca se permitiu. Rei morto, rei posto e se não se cuidar, decapitado.